



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7025 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT11 - Política da Educação Superior

ESTRATÉGIAS DOS ESTUDANTES DA GRADUAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E SEM ACESSO A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA PERMANECER E DIPLOMAR NO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA

Ednaldo Silva Gomes - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Iracema Oliveira Lima - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

ESTRATÉGIAS DOS ESTUDANTES DA GRADUAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E SEM ACESSO A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA PERMANECER E DIPLOMAR NO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA

RESUMO

O artigo apresenta a pesquisa que está sendo iniciada no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGED/UESB) que objetiva discutir as estratégias que os estudantes dos cursos de graduação, com comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica e sem acesso à assistência estudantil, prevista pelo Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes (PAAE), estabelecem para permanecer e diplomar no Instituto Federal da Bahia (IFBA) – Campus Vitória da Conquista. O percurso teórico-metodológico será fundamentado no Materialismo Histórico-Dialético (MHD), com as categorias de análise do método presentes no objeto a ser investigado, tais como a totalidade, a contradição e a hegemonia. Inicialmente recorreremos à revisão da literatura e à pesquisa documental para construção desse trabalho.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Socioeconômica. Assistência Estudantil. Permanência Estudantil.

1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 1930, período pós constituição e consolidação das primeiras universidades brasileiras, existe um forte debate acerca das políticas de assistência estudantil

(AE) no Brasil, fruto das lutas e reivindicações expressas pelo movimento estudantil brasileiro, lideradas principalmente pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e posteriormente pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), entidades que organizam e engajam estudantes e outros atores sociais na luta pela construção de uma AE enquanto direito social e política pública (DUTRA & SANTOS, 20017).

De lá para cá, o campo da AE sofreu diversas transformações, passando de iniciativas isoladas e sem continuidade de algumas instituições de ensino, até se tornar uma política pública através do decreto 7.234/2010 (DUTRA & SANTOS, 20017), em função dos embates travados pelas entidades defensoras da assistência estudantil e que também influenciaram reformas pelas quais passaram a Educação Superior no país no que diz respeito a essa temática.

A partir de 2003, nos governos petistas (2003 – 2016), foi dada ênfase à narrativa da democratização do ensino superior, que no setor público se materializava nas políticas de expansão das vagas nas universidades públicas e nos institutos federais de educação, com estes também oferecendo ensino superior, bem como políticas de ampliação do acesso e de permanência dos estudantes, o que colocou a AE no centro dos debates.

Apesar das políticas de permanência, a exemplo do Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes (PAAE), se constituírem fundamentais para os grupos socioeconômicos mais vulneráveis, no contexto neoliberal, tais recursos são vistos como gastos desnecessários, seguindo uma lógica dos organismos multilaterais que influenciam diretamente na concepção das políticas públicas educacionais, sobre as quais Netto (2012, p. 428) nos chama atenção para o “[...] espantoso minimalismo frente a uma questão social maximizada”, marca evidente do ideário neoliberal.

Como consequência disso, nem todos os alunos são contemplados pelas políticas de permanência estudantil, visto que os recursos disponibilizados são limitados, e a demanda superior à quantidade de bolsas e auxílios ofertados, posto que essas políticas não objetivam atender a universalidade dos estudantes de graduação, mas são seletivas.

Para fazer jus ao recebimento da bolsa, o graduando deve atender a critérios preestabelecidos, tais como os de vulnerabilidade socioeconômica e cumprir diversas condicionalidades (LEITE, 2012) e muitos alunos, quando não sua grande maioria, mesmo comprovando vulnerabilidade socioeconômica, são excluídos do processo, pois existem outros estudantes mais vulneráveis do que eles, traduzindo no que Leite (2012, p. 456) chama de “poucas esmoladas a serem disputadas por muitos”.

Portanto, uma política de AE não deve se limitar à criação e execução de mecanismos que se destinam aos alunos de baixo poder aquisitivo, mas ir além disso, atendendo a todos eles de forma universal (LEITE, 2012). A AE não atende sequer os estudantes em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica (DUTRA & SANTOS, 2017), por conta dos limitados recursos destinados a essa política, ao tempo que não vislumbra no horizonte próximo a possibilidade de universalização da AE. Com o grande número de estudantes socioeconomicamente vulneráveis no ensino superior e que precisam permanecer e concluir seus estudos, a questão se torna: Quais estratégias os estudantes dos cursos de graduação do IFBA com comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica e sem acesso à AE prevista pelo PAAE estabelecem para permanecer e diplomar no IFBA – Campus Vitória da Conquista?

Neste sentido, muitos estudiosos têm se dedicado a pesquisar sobre a Permanência Estudantil no Ensino Superior. Alguns evidenciam aspectos positivos como a redução dos

efeitos das desigualdades sociais e das taxas de retenção e evasão e a promoção da inclusão social pela educação. Contudo, outros chamam atenção para a ausência de uma AE que contemple a totalidade dos estudantes (FONAPRACE, 2012; LEITE, 2012; NASCIMENTO; ARCOVERDE, 2012).

Todavia, poucos estudiosos abordam as estratégias de permanência dos estudantes que, apesar de comprovarem vulnerabilidade socioeconômica, não são incluídos nos programas de AE das instituições de ensino superior, ocorrendo o fenômeno da “exclusão dos incluídos”, que Almeida; Araújo; Amaral; Dias (2012) afirmam que ocorre quando o estudante pobre tem acesso à educação superior, mas enfrenta diversas dificuldades de permanência.

Isto posto, o presente estudo tem por objetivo identificar as estratégias que os estudantes com comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica e sem acesso à AE prevista pelo PAAE estabelecem para permanecer e diplomar no Instituto Federal da Bahia – Campus Vitória da Conquista.

Esta pesquisa tem o Materialismo Histórico Dialético como referencial teórico-metodológico, por compreender que esta utiliza categorias de análise a exemplo da totalidade, contradição e hegemonia fundamentais para ler a concreticidade da realidade para além da aparência. O estudo realizado para esta breve análise é de cunho bibliográfico e documental, no qual recorreu-se a autores que discutem educação superior, o ideário neoliberal, políticas públicas e política de permanência estudantil.

Este artigo está dividido em quatro seções. Nessa primeira seção de introdução definimos o tema do artigo e sua problemática, delimitamos o assunto estudado, os objetivos que pretendemos alcançar ao final da pesquisa e apresentamos a metodologia utilizada. Na segunda seção, apresentamos as políticas para a educação superior no Brasil, principalmente a partir da década de 1970. Esta seção está dividida em duas subseções em que a primeira trata da Política de AE na Educação Superior e a segunda aborda a Expansão da Educação Superior e dos Institutos Federais de Educação. Na terceira seção trazemos os possíveis resultados da pesquisa e, por fim, na quarta seção, trazemos as conclusões do artigo.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Para que se possa analisar as políticas públicas para a educação superior, faz-se necessário definir o que são políticas públicas. Dessa forma recorremos a Souza (2006, p.25) que, citando Dye (1984), diz que política pública pode ser caracterizada como “aquilo que o governo escolhe fazer ou não fazer” e se desdobram em planos, programas e projetos após terem sido formuladas e desenhadas. No IFBA, a política pública de AE se desdobrou no programa denominado PAAE.

As políticas formuladas para a educação superior brasileira desde a década de 1970 estão subsumidas às orientações privatistas aprofundadas com a Reforma do Estado na década de 1990, especialmente no governo Fernando Henrique Cardoso, tendo em vista sua aderência ao paradigma neoliberal. Para Frigotto (2010) o ideário neoliberal e neoconservador concebe a submissão às regras dos “*novos senhores do mundo*” e às instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tanto nos países latino-americanos quanto países do leste europeu (FRIGOTTO, 2010, p. 84).

No que diz respeito às políticas públicas educacionais, a revisão da literatura acerca da temática registra, por um lado, a política de expansão, especialmente do setor privado, e por outro, políticas de ingresso ao ensino superior.

Como política de expansão pública podemos citar o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, como estratégia utilizada pelo Estado para expandir o ensino superior através de planos baseados em uma visão gerencial e produtivista da educação, que buscavam a ampliação das vagas em cursos existentes e a criação de novos cursos sem considerar a necessidade de investimento proporcional em infraestrutura e a ampliação do quadro de servidores, resultando no aprofundamento da precarização e a intensificação do trabalho docente e dos técnicos administrativos em educação (TAEs).

Já como política de ingresso podemos citar a organização do Sistema de Seleção Unificada (SISU) em 2010, instituído e regulamentado pela Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010 e se configura como um sistema informatizado, implementado e gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do qual instituições públicas de educação superior oferecem vagas para todos os interessados que tenham participado do último Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), bem como, a Lei 12.711 que instituiu a reserva de vagas para estudantes pobres (dentre esses, os estudantes negros) nas universidades públicas brasileiras, como uma tentativa de reparar a histórica desigualdade sofrida por esse grupo no acesso ao ensino superior público.

2.1 Política de Assistência Estudantil na Educação Superior

A AE ganhou ainda maior destaque a partir de 2007, principalmente devido a diversificação do perfil dos estudantes das instituições federais de ensino superior (ifes), resultante da implementação das políticas de ações afirmativas, notadamente a reserva de vagas (cotas sociais e raciais) e ao processo de expansão e interiorização da Rede Federal.

Nesse contexto, em 2007, por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, foi instituído o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) com o objetivo de garantir a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em cursos de graduação presencial nas ifes.

Em 2010, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, publicou o Decreto-Lei 7.234/2010 (BRASIL, 2010), elevando o *status* do PNAES de política de governo para política de Estado (FONAPRACE, 2012), o que representou uma importante vitória para o movimento estudantil e para entidades como UNE, FONAPRACE e Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), uma vez que o PNAES se tornou a principal legislação que norteia a elaboração e implementação de políticas de AE nas ifes no país.

O Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes do IFBA, um desdobramento do PNAES, visa apoiar estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica através do fornecimento de bolsas e auxílios (RESOLUÇÃO CONSUP N.º 25/2016).

Para que o estudante se inscreva para a seleção do PAAE, ele precisa estar matriculado e frequentando regularmente o curso no IFBA e está em situação de comprovada vulnerabilidade socioeconômica, para tanto, considera-se, dentre outros aspectos sociais, a sua renda mensal per capita, que deve ser igual ou inferior a um salário mínimo e meio.

2.2 Expansão da Educação Superior e dos Institutos Federais de Educação

Como parte da estratégia de reestruturação e expansão do ensino médio e superior, no ano de 2008, foi publicada a Lei nº 11.892 de 2008 (BRASIL, 2008), foi que determinou a implementação dos Institutos Federais de Educação (IFs), a partir da reestruturação de 32 Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET's, de 10 Escolas Técnicas Federais e de

36 Escolas Agrotécnicas Federais, em todo o território nacional. Esse reordenamento resultou na constituição de 38 Institutos Federais, dentre eles o IFBA que possui atualmente 32 unidades espalhadas pelo Estado da Bahia, sendo 22 campi em pleno funcionamento, 2 campi em fase de implementação, 1 núcleo avançado, 5 centros de referência, 1 polo de inovação e 1 reitoria, conforme informado no site institucional do IFBA.

Se na esfera pública a expansão é quantificável, a esfera mercantil não ficou para trás. Para Santiago (2014), a estratégia de expansão do ensino superior foi pensada pelo governo Lula como socorro ao setor privado, ainda que os programas beneficiem jovens de baixa renda, mantêm privilégios de determinada classe, reafirmando a mercantilização da educação. Prova disso são os dados estatísticos que revelam que, na última década, a iniciativa privada obteve crescimento extraordinariamente superior ao ensino superior público no número de matrículas, pois de acordo com o Censo da Educação Superior do ano 2018, publicado em 2019, as IES privadas têm uma participação de 75,4% (6.373.274) no total de matrículas de graduação, enquanto a rede pública, participa com 24,6% (2.077.481) (CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2018).

Concordamos com Araújo (2016) ao afirmar que a expansão do Ensino Superior implantada no período de 2003-2010 foi uma importante “estratégia de desenvolvimento econômico do país”, e evidencia a influência das orientações dos organismos internacionais, porquanto, percebe-se claramente o foco na formação de profissionais para o mercado de trabalho (ARAÚJO, 2016, p. 101). No mesmo viés, Dourado (2002, Apud Coraggio, 1996) nos diz que o Banco Mundial ao impor as políticas educacionais se apoia no “reducionismo economicista” se concentrando apenas no viés custo/benefício, buscando fornecer uma educação que se preocupa apenas com o “desenvolvimento de capacidades básicas de aprendizagens necessárias às exigências do trabalho flexível” (DOURADO, 2002, p. 239).

Um inegável e abrupto processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica pode ser evidenciado quando se observa que haviam, no Brasil, no ano de 2002, 140 unidades federais dessa natureza, já em 2010, esse número subiu para 354 unidades. Um crescimento de 153%. Em 2016, esse número evoluiu para 644 unidades.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Esta pesquisa, ainda na fase inicial, concentrou esforços na revisão da literatura acerca da temática com autores que dialogam acerca da permanência e diplomação de estudantes com comprovada vulnerabilidade socioeconômica sem acesso à política/ações disponibilizadas pelo PAAE nos Institutos Federais de Educação. A literatura acessada até o momento aponta as contradições impostas por uma política educacional subsumida à lógica mercantil onde educação perde sua dimensão de direito e passa a ser mercadoria.

Na revisão realizada, até o momento, procuramos aprofundar a compreensão do fenômeno estudado a partir da abordagem teórico-metodológica marxista, o que facultou a percepção acerca da totalidade do objeto e suas implicações no cotidiano dos estudantes no IFBA.

4 CONCLUSÃO

Esta pesquisa iniciada propõe analisar as estratégias que os estudantes dos cursos de graduação com comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica e sem acesso à Assistência Estudantil prevista pelo Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes (PAAE) estabelecem para permanecer e diplomar poderá lançar luz sobre os limites e possibilidades do Programa no contexto atual de drástica redução de recursos disponíveis para as políticas de permanência.

A garantia de políticas de permanência estudantil, ainda que excepcionalmente para os estudantes com comprovada vulnerabilidade socioeconômica amparada por recursos que viabilizem sua implementação, são fundamentais para progressivamente alterar esse cenário de exclusão social que o capitalismo insiste em aprofundar.

Por se alinhar e submeter-se ao projeto neoliberal de amplo espectro, o Estado não pode se desresponsabilizar de assegurar direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, a exemplo do direito a educação. A dualidade de concepção acerca da expansão favorece a intensificação da retirada de direitos a conquistas sociais necessárias para minimizar as contradições impostas.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leandro; MARINHO-ARAÚJO, Claisy; AMARAL, Alberto; DIAS, Diana. Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Sorocaba, SP, v. 17, n. 3, p. 899-920, nov. 2012.

BRASIL, Congresso Nacional. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 23/06/2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas*. Brasília, 2019. Acesso em 18/06/2020.

BRASIL, Congresso Nacional. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm. Acesso em 16/06/2020.

BRASIL, Congresso Nacional. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em 19/06/2020.

BRASIL, Congresso Nacional. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em 16/06/2020.

CENSO, I.B.G.E. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censo/divulgacao.shtm>. Acesso em 06/06/2020.

CENSO, I.B.G.E. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em 06/06/2020.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. *Educ. Soc. Campinas*, v. 23, n. 80, p. 234-252, Set. 2002.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, n. 94, p. 148-181, 2017.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – Fonaprace. *Revista Comemorativa: 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares*. Minas Gerais: UFU – PROEX, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GOMES, Marília do Amparo Alves. **A resistência dos residentes: condições de permanência na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**. 2019. 145 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, 2019. Disponível em <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2019/06/MAR%C3%8DLIA-DO-AMPARO-ALVES-GOMES.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.

LEITE, Janete Luzia. Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos. **SER Social**, v. 14, n. 31, p. 453-472, 2012.

NASCIMENTO, Clara Martins; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. O serviço social na assistência estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão. **Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis–FONAPRACE. Revista Comemorativa**, v. 25, p. 167-79, 2012.

NETTO, José Paulo. Crisis of the capital and consequences for the society. **Serviço Social & Sociedade**, n. 111, p. 413-429, 2012.

RESOLUÇÃO CONSUP N.º 25, de 23 de maio de 2016.
<https://portal.ifba.edu.br/institucional/consup/resolucoes-2016/resol-no-25-2016-dir-assist-estudantil.pdf>. Acesso em 07/07/2020.

SANTIAGO, S. N. **A Política de Assistência Estudantil no governo Lula: 2003 a 2010**. 2014. 238 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014